

## Polícia, é ver para crer: Variação de percepções e expectativas sociais sobre as Polícias Militares

### Police, seeing is believing: Variation in perceptions and social expectations about the Military State Police

### Policía, ver para creer: Variación en percepciones y expectativas sociales sobre la Policía Militar

Eduardo Ferreira Coelho<sup>1</sup> 

*Universidade de Brasília/Instituto Superior de Ciências Policiais*

Bilmar Angelis de Almeida Ferreira<sup>2</sup> 

*Instituto Superior de Ciências Policiais*

#### Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo geral identificar a percepção dos cidadãos sobre a atuação das instituições policiais militares, segundo a opinião dos alunos de uma instituição privada de ensino superior. Tratou-se de pesquisa qualitativa, com a utilização de questionários para coleta de dados. As respostas às questões foram avaliadas tanto em termos de sua classificação, como de forma mais aprofundada, pela identificação dos núcleos estruturadores do discurso. Verificou-se que as percepções gerais sobre as polícias militares foram distribuídas de maneira equilibrada, entre positivas, negativas ou neutras. Constatou-se também haver uma melhor avaliação da polícia militar do local de residência dos participantes, em relação às demais corporações de outros estados. Percebeu-se que, de modo geral, considerando-se as especificidades do grupo estudado, a população está bem informada quanto às atribuições das polícias militares. Sobre a formação da opinião, foi possível identificar maior influência das informações de que se tem acesso por meio da mídia, do que das interações reais e pessoais com as polícias militares. Por fim, foi possível constatar a melhoria da opinião sobre tais instituições, quando da exposição a ações positivas delas, bem como o agravamento do julgamento negativo, quando da exposição a situações de atuação problemática ou desastrosa.

**Palavras-chave:** Atuação das Polícias Militares, Percepção Social, Formação de Opinião, Mídia

#### Abstract

The present research had as core objective to identify the perception of the citizens about the performance of the military state police institutions, according to the opinion of the students of a private institution of higher education. It was a qualitative research, using questionnaires for data collection. The answers to the questions were evaluated both in terms of their classification, and in a more profound way, by identifying the structuring nuclei of the discourse. It was found that the general perceptions about the military state police were evenly distributed, between positive, negative or neutral. It was also found that the military state police had a better assessment of the participants' place of residence, in relation to other corporations in other states. It was noticed that, in general, considering the specificities of the studied group, the population is well informed about the attributions of the military state police. Regarding the formation of opinion, it was possible to identify a greater influence of information that is accessed through the media, than of real and personal interactions with the military state police. Finally, it was possible to verify the improvement of opinion about such institutions, when exposed to their positive actions, as well as the worsening of negative judgment, when exposed to situations of problematic or disastrous performance.

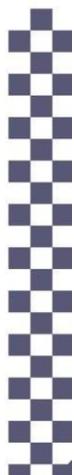
**Keywords:** Action of the Military Police, Social Perception, Opinion Formation, Media

#### Resumen

La presente investigación tuvo como objetivo general identificar la percepción de los ciudadanos sobre el desempeño de las instituciones policiales militares, según la opinión de los estudiantes de una institución privada

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências do Comportamento na Universidade de Brasília; Mestre em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília e professor do Instituto Superior de Ciências Policiais. Contato: [eduardo.coelho@iscp.edu.br](mailto:eduardo.coelho@iscp.edu.br)

<sup>2</sup> Mestre em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Universidade de Brasília, Pós-Graduado em Gestão de Segurança Pública na Academia de Polícia Militar de Brasília e em Direito Público no Instituto Processus.



de educación superior. Fue una investigación cualitativa, utilizando cuestionarios para la recolección de datos. Las respuestas a las preguntas fueron evaluadas tanto en términos de su clasificación, como de manera más profunda, al identificar los núcleos estructurantes del discurso. Se encontró que las percepciones generales sobre la policía militar estaban distribuidas uniformemente, entre positivas, negativas o neutrales. También se constató que la policía militar tenía una mejor valoración del lugar de residencia de los participantes, en relación a otras corporaciones en otros estados. Se percibió que, en general, considerando las especificidades del grupo estudiado, la población está bien informada sobre las atribuciones de la policía militar. En cuanto a la formación de opinión, se pudo identificar una mayor influencia de la información a la que se accede a través de los medios, que de las interacciones reales y personales con los policías militares. Finalmente, fue posible verificar la mejora de la opinión sobre tales instituciones, cuando se exponen a sus acciones positivas, así como el empeoramiento del juicio negativo, cuando se exponen a situaciones de desempeño problemático o desastroso.

**Palabras clave:** Actuación de la Policía Militar, Percepción social, Formación de Opinión, Medios de comunicación

O modelo de trabalho das polícias militares é voltado para a prevenção do delito. Por outro lado, também atuam com o objetivo de prender criminosos, mediar pequenos conflitos sociais, zelar pela ordem, preservar a segurança das pessoas em grandes eventos e manifestações, prestar auxílios básicos aos cidadãos, entre outras tantas funções (Casagrande *et al.*, 2022). Essa formatação confere à profissão policial militar um grau de proximidade ou, ao menos, de aproximação com a população (Cruz, 2022).

Tal ajuntamento tende a gerar diversos tipos de interações e resultar em percepções e avaliações sobre a atuação destes profissionais por parte do público geral. O profissional policial militar é confrontado com uma tarefa que pode lhe ser paradoxal: tanto deve defender a sociedade, quanto deve, por vezes, reprimir com o uso da força (Honório & Garcia da Silva, 2018). Ainda que não seja sua função mais comum, grandes efetivos policiais são mobilizados para o controle de manifestações populares. O serviço policial militar, porém, é capilarizado em uma série de pequenos atendimentos à sociedade, seja prevenindo e combatendo o crime, seja realizando mediações de conflitos durante o policiamento ostensivo, em constante interação entre policiais e cidadãos (Rondon Filho, 2018).

Esse constante contato com os diversos setores da sociedade, nas mais variadas formas de atuação, resulta em percepções positivas e negativas. Tal ambivalência já foi expressa por Bittner (2003), que considera que as pessoas necessitam ser protegidas da violência pela polícia, mas identificam no protetor as mesmas características presentes nos agressores. Para o autor, há algo de “dragão” no “caçador de dragões”, motivo pelo qual as pessoas tenderiam a temer a polícia (p. 298). Nesse mesmo sentido, Bayley (2001) acrescenta que a atividade policial, apesar de necessária, é moralmente repugnante por envolver coerção, controle e opressão.

Nesse contexto, os indivíduos possuem expectativas diversas em relação às instituições policiais, as quais podem variar, a depender de seu grau de conhecimento sobre sua função, das experiências de interação ou com a exposição de suas atuações noticiadas pela



grande mídia. A forma como essa informação chega à sociedade pode, então, ser determinante para a formação de opinião.

Diante disso, é importante o conhecimento dos meios de influência da opinião pública em relação à polícia. Assim, se pode avaliar, por exemplo, se tal opinião é mais impactada pelo contato direto com o público ou pela divulgação de ações por parte da mídia e nas redes sociais. Buscou-se identificar como se dá a percepção dos cidadãos sobre a atuação das instituições policiais militares. Em especial, avaliar em que grau a divulgação midiática pode influenciar a formação ou modificação da visão popular sobre as polícias e sua atuação.

Pode-se apontar a relevância desse estudo nos contextos social, institucional e acadêmico. Socialmente, deve-se destacar a imprescindibilidade do serviço policial para a segurança pública e seu vínculo com o quão seguras ou inseguras as pessoas se sentem. Assim, considera-se que o estudo contribuiu com o entendimento das relações entre as polícias militares e a sociedade, de maneira a aproximar o serviço que é entregue às expectativas de seus demandantes.

Na perspectiva institucional, buscou-se apresentar como a sociedade percebe as polícias militares e sua atuação, além de gerar conhecimento capaz de favorecer a prestação de serviços mais alinhada aos anseios sociais. Por fim, academicamente, visou-se contribuir com o cientificismo no tocante à atuação policial no cenário brasileiro.

Assim, o objetivo geral da presente pesquisa foi identificar a percepção dos cidadãos sobre a atuação das instituições policiais militares, com base na opinião dos alunos de uma instituição privada de ensino superior.

### **O surgimento e a missão das Polícias Militares brasileiras**

Como forma de tentar fazer frente aos atos de violência, a humanidade lançou mão dos mais diversos métodos. Foucault (2002) trata das punições aos criminosos, que variavam das penas de morte, passando pelas mais horrendas torturas e sevícias corporais, até se chegar à clareza do inquérito, da averiguação da autoria e materialidade e a aplicação da correspondente sanção penal legal.

As instituições policiais estatais surgem formalmente no século XVIII. A elas cabiam o monopólio do uso da força, o combate à delinquência e à criminalidade, a segurança e subsistência das cidades e sua proteção contra acidentes e epidemias, além da manutenção da ordem e da propriedade e segurança individuais. A polícia atua ainda no regramento social, disciplinando o convívio das grandes populações no espaço público, garantindo a circulação,



mas também a obediência dos indivíduos aos ditames da economia de tempo e de gestos (dos Santos, 1997).

A partir disso, o combate e a prevenção dos delitos passaram a ser incumbência das instituições policiais públicas. Para Bayley (2001), isso ocorreu devido à capacidade de os grupos privados se defenderem ser menor que a insegurança na sociedade onde estavam inseridos. No Brasil, a criação de uma polícia pública se deu em virtude da chegada da família real portuguesa em 1808 e do aumento populacional ocasionado por tal evento, o que demandou a criação, no ano seguinte, da Guarda Real de Polícia, gênese das polícias militares brasileiras, em especial a do estado do Rio de Janeiro e a do Distrito Federal (Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro [PMERJ], 2010 como citado em Coelho, 2014).

Essas instituições são constantemente demandadas a implementar mudanças em suas formas de atuação, para dar as respostas que a sociedade exige, em face de um ambiente hostil e do aumento da criminalidade, além da própria evolução da sociedade brasileira, fatores que exigem certa capacidade de adaptação (Rodrigues *et al.*, 2014).

No contexto histórico-legal brasileiro, a Constituição de 1824 não fazia menção específica sobre algum órgão policial. A missão de garantir a segurança interna e externa era atribuída ao poder executivo, ou seja, ao imperador. O texto trazia ainda o regramento de que todo cidadão seria conclamado a pegar em armas para defesa do Estado de seus inimigos internos e externos (Constituição Política do Império do Brasil, 1824).

A primeira referência à polícia militar em um texto constitucional ocorreu em 1934. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934) disciplinava que era tarefa da União legislar sobre a “organização, instrução, justiça e garantias das forças policiais dos Estados e condições gerais da sua utilização em caso de mobilização ou de guerra”. Percebe-se uma forte vocação institucional para lidar com os aspectos de defesa interna, o que ficava mais explícito no artigo 167: “As polícias militares são consideradas reservas do Exército, e gozarão das mesmas vantagens a este atribuídas, quando mobilizadas ou a serviço da União” (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934). Na Constituição de 1946, não foram feitas mudanças significativas.

O texto constitucional de 1967, após alterações provenientes do Ato Complementar nº 40 de 1968, passou a disciplinar de maneira um pouco mais detalhada a atuação das polícias militares. Vide o tratado no parágrafo 4º do Art. 13:

As polícias militares, instituídas para a manutenção da ordem e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, e os corpos de bombeiros militares são considerados forças auxiliares reserva do Exército, não podendo os respectivos



integrantes perceber retribuição superior à fixada para o correspondente posto ou graduação do Exército, absorvidas por ocasião dos futuros aumentos, as diferenças a mais, acaso existentes (Constituição da República Federativa do Brasil, 1967).

Finalmente, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) estabeleceu no parágrafo 5º do artigo 144 a atribuição exata de tais corporações: “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”. No entanto, descrever a atuação policial não é tarefa tão simples. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 1979), os funcionários responsáveis pela aplicação da lei, também têm a obrigação de cumpri-la a todo momento, além de servir a comunidade e proteger todas as pessoas contra atos ilegais, em conformidade com o alto grau de responsabilidade da profissão.

A atuação do policial militar consiste então, segundo Coelho (2014), na conciliação da necessidade extrema de obediência às prescrições legais, o que diminui, ou mesmo elimina sua autonomia. Por outro lado, existe grande expectativa para que esses trabalhadores ajam com proatividade, inovação e adaptabilidade, para atender à demanda por bons serviços, em um campo de atuação de grande risco e complexidade.

Historicamente o tema polícia foi pouco apreciado pelo meio acadêmico e científico. Para Bayley (2001), a polícia só costuma ser percebida em eventos dramáticos, suas atividades não são glamorosas ou de alto prestígio. O policiamento é, em algumas ocasiões, uma atividade que causa repulsa e, ainda assim, quando há interesse dos pesquisadores em estudá-la, podem surgir problemas de ordem prática, como a dificuldade de acesso às instituições.

### **Percepções Sociais sobre as Polícias Militares**

Entende-se por percepção o processo de organização e interpretação das impressões sensoriais de um indivíduo visando dar sentido ao ambiente onde se encontra inserido, de acordo com Robbins (2005). O autor acrescenta que ela é afetada pelas vivências pessoais, por características marcantes dos objetos e pelo contexto no qual se dá a observação.

Percepções e julgamentos baseiam-se em atitudes, ou seja, avaliações, positivas ou negativas, sobre coisas, pessoas, lugares, grupos e comportamentos, quer dizer, a qualquer objeto do mundo social. Quanto mais instantânea a atitude sobre determinado objeto, maior sua associação. Diz-se operativo o conhecimento espontaneamente ativado quando em contato com um objeto. Quanto menor a deliberação, o raciocínio, maior a influência das atitudes (Fabrigar & Wegener, 2010).



A psicologia social trata de como indivíduos explicam comportamentos e fenômenos da formação da impressão sobre alguém ou algo, como uma organização. Segundo Carlston (2010), a cognição é particionada em atenção e percepção, memória e julgamento. Assim, uma pessoa pode elaborar esquemas e organizar suas concepções sobre coisas, pessoas, lugares ou instituições e passar a interpretar o mundo com base na moldura oferecida por essas percepções.

Estudos trataram da má imagem que as corporações policiais possuem perante a sociedade. Segundo Cardia (1997), a má impressão deriva de três fatores: (1) a ineficiência: a sociedade acredita que as polícias são incapazes de impedir os delitos, prender os criminosos, restituir bens subtraídos e, conseqüentemente, promover a sensação de segurança; (2) da persistência, ao longo dos anos, da arbitrariedade e dos casos de violência policial e (3) da falta de instrumentos sociais de controle das polícias. A autora trata ainda da atuação policial em manifestações, protestos, reintegrações de posse e afins:

Se há uma imagem de eficiência da polícia na contenção de manifestações populares ou coletivas de trabalhadores, há também a percepção de que ela é negligente em áreas carentes. Exatamente onde a criminalidade é mais problemática, a polícia é mais seletiva sobre os casos que considera prioritários, que investiga e que consegue encaminhar para o Judiciário (Cardia, 1997, p. 261).

A literatura aponta que para prestar um bom serviço de segurança pública é necessário maior proximidade com as pessoas. Segundo Oliveira e Tosta (2001, p. 63), “para combater a criminalidade é necessário que a instituição policial expresse confiança e respeito social”. No entanto, as pesquisas têm indicado que as representações sociais sobre as polícias militares são muito negativas, talvez, um resquício negativo do regime militar no Brasil (Guimarães, Torres & Faria, 2005).

Tal quadro agrava o fato de o acesso à informação sobre atos de violência, crimes em geral e, mais precisamente, sobre a atuação das polícias ser algo precário. Isso prejudica o conhecimento sobre o real trabalho das corporações policiais, por parte do público geral. Segundo Njaine *et al.* (1997), as instituições têm a responsabilidade de fornecer informações qualificadas e com potencial analítico sobre os eventos violentos, embora suas atribuições extrapolem essa função.

### **Formação de Expectativas e Opiniões sobre o Trabalho das Polícias Militares**

Pode-se definir expectativa como a “situação de quem espera a ocorrência de algo, ou sua probabilidade de ocorrência, em determinado momento” (Houaiss, 2016). Pela definição



psicológica de Pieron (1996), trata-se de certo grau de esperança ou atitude de espera. Conclui-se ser o que se espera de alguém ou de alguma entidade, no caso do presente estudo, o anseio social para com as polícias militares.

Expectativas variam com o contexto. Segundo Machado e Noronha (2002), em situações de exclusão social, as pessoas têm prejudicado o seu processo civilizatório e chegam a cultivar o uso da força física como forma de solução de seus conflitos. Assim, a criminalidade pode ensejar comportamentos autoritários e apoio a excessos da polícia contra criminosos (Chevigny & Chevigny, 1995).

Robbins (2005) aponta que as pessoas buscam confirmar suas percepções, mesmo quando incorretas. O autor trata da profecia autorrealizadora, que determina o comportamento das pessoas pelas suas expectativas. Assim, quem espera um bom desempenho das polícias, tende a valorizar suas atuações positivas, já quem acredita no oposto, dará destaque a suas atuações desastrosas. Fica assim evidenciada a importância das expectativas para a formação da opinião sobre as instituições.

A precariedade no acesso às informações oficiais aumenta a importância das divulgações de atuações policiais pela mídia e nas redes sociais. Nesse sentido, Porto (2009) defende que as mídias se constituem, nas modernas democracias, como as principais produtoras de representações sociais. Para a autora, verdadeiro ou falso, o conteúdo publicado será orientador da conduta dos atores sociais. Isto, associado ao uso das redes sociais, potencializa a capacidade de divulgação dos fatos e promove a interação de indivíduos heterogêneos, possibilitando inclusive iniciativas de protestos ou reuniões, a partir de um simples telefone celular (Gajanigo & de Souza, 2014). Além disso, pode facilitar o compartilhamento de opiniões sobre fatos, pessoas e instituições envolvidos. Sobre a atuação da imprensa, Cano (2006, p. 141) corrobora com a ideia, ao destacar que ela “desfruta de um grande poder para orientar as medidas dos órgãos públicos”. Ressalta-se assim, a capacidade formadora de opinião dos meios de divulgação.

Tal opinião é fruto de simplificações do julgamento que, para Robbins (2005), é um complexo processo, facilitado por estratégias de interpretação, quais sejam: (1) percepção seletiva, tendência de observar com mais facilidade uma pessoa, objeto ou situação que se sobressaia; (2) efeito halo, construção de impressão sobre alguém ou alguma coisa, com base em uma única característica; (3) efeitos de contraste, impressões contextualizadas por comparações com experiências ou situações recentes; (4) estereotipagem, quando julgamentos sobre uma pessoa são feitos com base em características do grupo a que pertence.



A formação de opinião pode ser facilitada pelo uso de heurísticas, espécie de atalho mental do qual as pessoas lançam mão diante de situações de pressão ou de multiplicidade de critérios a serem observados (Bazerman, 2007). Segundo Tversky e Kahneman (1982), as heurísticas reduzem a complexidade das operações de estimativa de probabilidades e predição de valores.

Com base em tais premissas, Ciarelli e Avila (2009) testaram o impacto da mídia. A ideia foi verificar se as pessoas consideravam a frequência e probabilidade de eventos, de acordo com sua exposição pela mídia. Os autores concluíram pela similaridade entre os vieses da cobertura midiática e o julgamento das pessoas, ou seja, a imprensa teria um peso significativo sobre a opinião individual, ao definir o que é ou não noticiado com maior frequência.

A atuação da mídia na cadeia de propagação de atos de violência foi explorada por Rondelli (1998), para quem os episódios de violência cotidiana não têm o mesmo apelo das histórias de ficção, casos de *serial killers* ou, ainda, a carga política dos atentados terroristas. Por este motivo, os casos com maior espaço nas pautas são aqueles de maior violência, especialmente a praticada pela polícia. Assim a mídia influencia diretamente as opiniões, conforme relatado pela autora:

Pelo procedimento da ampla visibilização, os meios de comunicação agem como construtores privilegiados de representações sociais e, mais especificamente, de representações sociais sobre o crime, a violência e sobre aqueles envolvidos em suas práticas e em sua coibição. Estas representações sociais se realizam através da produção de significados que não só nomeiam e classificam a prática social, mas, a partir desta nomeação, passam mesmo a organizá-la de modo a permitir que se proponham ações concretas em relação a ela (p. 149).

### Método

A presente pesquisa adotou uma abordagem metodológica qualitativa, com delineamento exploratório e descritivo. O campo de pesquisa foi a atuação das polícias militares nas atividades de policiamento ostensivo, manutenção da ordem pública e mediação de conflitos. Mais especificamente, foram investigadas as opiniões, percepções e expectativas sobre as polícias militares brasileiras.

A amostragem foi feita por conveniência, tendo sido os participantes selecionados entre os alunos de uma instituição privada de ensino superior. A coleta de dados se deu pela aplicação de questionário composto por nove questões, seis abertas e três fechadas, a saber: (1)



Qual a sua opinião geral sobre as polícias militares no Brasil? (2) Qual a sua opinião geral sobre a polícia militar da sua região? (3) Descreva abaixo, na sua opinião, características boas e ruins das polícias militares. Pontos positivos e pontos negativos. (4) Que tipo de serviço/atendimento você espera que as polícias militares prestem? (5) Como você avalia a atuação da polícia militar no vídeo apresentado? (6) Você mudaria alguma coisa na atuação dos policiais militares? (7) Sexo. (8) Idade. (9) Já utilizou ou necessitou dos serviços da PM?

O procedimento de coleta de dados contou com a seleção dos grupos junto à instituição mencionada, explicação sobre o objetivo da pesquisa, sobre a participação voluntária e anônima e sobre o não tratamento de nenhuma resposta em caráter individual, para que se garantisse a confidencialidade das respostas. Solicitou-se aos participantes que respondessem individualmente as questões de 1 a 3. Após todos terem concluído tais respostas, apresentou-se a cada grupo um dos seis vídeos descritos a seguir. Uma vez apresentado o vídeo, foi solicitado que se respondesse as demais perguntas.

As questões 1 e 2 visaram o levantamento da opinião dos respondentes sobre a atuação das polícias militares de modo geral e, em específico, na sua região de residência. As respostas a essas questões foram classificadas como negativas, neutras ou positivas. As respostas à pergunta número 4, que tratavam do tipo de serviço que as pessoas esperavam das polícias militares, foram classificadas em três categorias: aparenta estar satisfeito(a), neutralidade ou espera por melhorias. Assim foi possível delinear o tipo de expectativa em relação às instituições policiais militares.

Os pontos positivos e negativos apresentados na questão 3 serviram para um melhor detalhamento da avaliação dos participantes em relação às polícias militares. A partir da questão 5, buscou-se avaliar se a percepção e avaliação do trabalho das corporações era afetado pela exposição a um vídeo sobre sua atuação. Perguntou-se então como o participante avaliava a atuação que acabara de assistir e, na questão 6, se mudaria alguma coisa. As avaliações foram classificadas como negativas, neutras ou positivas e, a partir das respostas, se o respondente mudaria ou não alguma coisa na atuação. Classificou-se a opinião do respondente como: aparenta estar satisfeito(a), neutralidade ou se propõe melhorias.

As classificações das respostas às questões 1 e 2 de cada participante, sobre a opinião geral em relação às polícias militares e específica da corporação de sua região de residência, foram comparadas com sua avaliação da atuação apresentada no vídeo. Assim, buscou-se investigar eventual variação da percepção de acordo com o tipo de vídeo apresentado, ou seja, para cada respondente foi possível verificar se sua percepção melhorou, manteve-se estável ou piorou. Foi avaliada, então, a associação entre as variáveis tipo de vídeo e variação da opinião,



por meio do teste estatístico do  $\chi^2$  (qui-quadrado)<sup>3</sup>. Comparação semelhante foi feita em relação à opinião geral sobre as polícias militares e específica da corporação local, e a utilização ou necessidade de utilização dos seus serviços.

A coleta contou com a participação de 183 pessoas, sendo 95 mulheres e 82 homens. Seis pessoas não declararam o sexo. A média de idade foi de 26 anos, com a pessoa de mais idade tendo 50 anos e a mais jovem 17. A ordem de apresentação dos vídeos para os grupos foi pré-definida de maneira aleatória, por meio de sorteio. Como o tamanho dos grupos era variável, alguns ajustes foram necessários para se distribuir o número de respondentes para cada vídeo da maneira mais equânime possível.

Os vídeos tratavam de atuações da polícia militar, nas três vertentes abordadas neste estudo: policiamento em manifestações, combate ao crime e mediação de conflitos. Para cada uma dessas vertentes foi selecionado um exemplo positivo e um negativo, os quais são descritos abaixo:

- ✓ Vídeo 1: Ponto de vista positivo da atuação da polícia em manifestações (Governo do Amapá, 2015). Reportagem sobre a atuação da Polícia Militar do Amapá em manifestação contra o governo federal. Participaram da manifestação 2.500 pessoas, pacificamente acompanhadas por 500 policiais. Não foram registradas ocorrências e a atuação da polícia foi elogiada pelo organizador do evento.
- ✓ Vídeo 2: Ponto de vista negativo da atuação da polícia em manifestações (Rede TVT, 2015). O vídeo trata da ação da tropa de choque da PMDF na retirada de professores que se manifestavam contra o atraso no reajuste salarial, bloqueando o trânsito do Eixo Rodoviário Sul, importante via de Brasília. A reportagem classifica a ação como truculenta e cita que os policiais arrancaram à força os trabalhadores de seus carros, aplicaram golpes de imobilização e usaram gás de pimenta.
- ✓ Vídeo 3: Ponto de vista positivo da atuação em mediação de conflito (Notícias Novidades, 2013). O vídeo apresenta um atendimento da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) a uma ocorrência de perturbação do sossego, mais precisamente, um caso de som alto. O policial militar trata o proprietário do veículo, cujo som estava alto, com educação e o orienta a baixar o volume. Caso contrário, em um segundo

<sup>3</sup> O teste do do 2 (qui-quadrado) é utilizado para verificar se há relação entre duas variáveis categóricas (Moore, 2011), que são aquelas que podem assumir um número limitado de valores predeterminados, como sexo, escolaridade ou, no caso deste estudo, tipo de vídeo e variação da opinião, por exemplo. Desta forma, o teste verifica se as variáveis estão se comportando de maneira aleatória, ou se há alguma relação significativa entre suas variações.



acionamento, teria que o conduzir à delegacia. A comunidade recebe bem a polícia, mesmo com a revista ao veículo, e a ação da equipe se encerra com esta desejando boa noite ao proprietário do automóvel.

- ✓ Vídeo 4: Ponto de vista negativo da atuação em mediação de conflito (Diário de Itu, 2015). Trata-se de vídeo onde um homem armado com facão ameaça se suicidar e, ao se deslocar em direção a outras pessoas, é atingido por disparos de arma de fogo por um policial militar da PMESP. Após atingido, o homem é socorrido e colocado em uma ambulância.
- ✓ Vídeo 5: Ponto de vista positivo de ocorrência criminal (Cidade Alerta Record, 2018). Neste vídeo, o helicóptero de uma emissora de televisão flagra o acompanhamento de equipes da PMESP a um carro onde estavam autores de um latrocínio (roubo seguido de morte). Durante a fuga, várias pessoas e veículos são atingidos, até a dupla ser presa.
- ✓ Vídeo 6: Ponto de vista negativo de ocorrência criminal (Jornal da Record, 2013). O vídeo apresenta uma ação de guarnição da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), que escoltava um carro em que uma vítima baleada se deslocava para o hospital. Em dado momento os policiais desconfiaram do trajeto, deram ordem de parada e, como o motorista não parou, abriram fogo contra o carro, atingindo novamente a vítima que veio a óbito.

A análise do conteúdo das respostas às questões abertas foi realizada com o uso do *software* Iramuteq, ferramenta gratuita de análise de blocos de texto que identifica os núcleos estruturadores do discurso, possibilitando categorizá-los e cruzar suas informações (Camargo & Justo, 2013). O *software* Iramuteq analisa as perguntas do questionário individualmente. Para cada uma delas é preparado um arquivo de texto que aglutina todas as respostas, esse arquivo é chamado de *corpus* da resposta, o qual é submetido para análise. São identificadas então as palavras mais frequentes e, por uma medição frequência e da proximidade entre elas, são apontados os temas centrais do conjunto de respostas, os quais são denominados classes do discurso. O *software* indica ainda o tamanho e a proximidade ou similaridade entre as classes. Foi avaliada também a variação da opinião dos participantes, de acordo com o tipo de vídeo que lhes foi apresentado.

### Resultados e Discussão

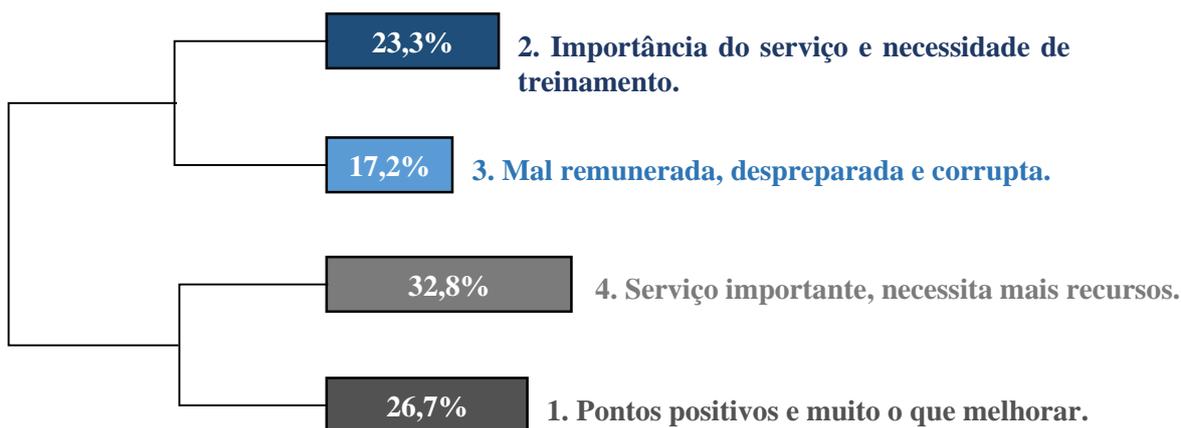
Há equilíbrio na opinião geral dos participantes sobre as polícias militares brasileiras. Das respostas obtidas, houve 71 opiniões negativas, as neutras foram 45 e outras 66



consideradas positivas. O discurso se dividiu em 4 classes temáticas, relacionadas duas a duas como expresso na Figura 1, que indica também a participação de cada classe na composição do discurso apresentado na resposta:

**Figura 1**

*Classificação temática das opiniões gerais sobre as polícias militares brasileiras.*



Foi possível identificar uma coexistência de fatores positivos e negativos nas opiniões dos participantes. As classes 2 e 3 se originam de um tronco comum, sendo que a primeira ressaltou o valor dos serviços prestados pelos policiais, sem deixar de considerar a necessidade de maiores investimentos e mais treinamento, para se fazer frente ao despreparo, à má remuneração e aos casos de corrupção existentes, identificados na classe 3. Já as classes de número 1 e 4 e trataram da importância do serviço policial, que foi considerado, em parte, bom, porém necessitando de mais recursos e melhorias.

O equilíbrio entre percepções positivas e negativas em relação às polícias destoou do que é comumente apresentado na literatura. Há predominância de estudos, alguns deles anteriormente citados (Cardia, 1997; Guimarães, Torres & Faria, 2005; Oliveira & Tosta, 2001), que focam na visão negativa da atuação policial e um certo distanciamento desta com a sociedade.

Os dados da percepção dos participantes sugerem atitudes positivas em relação às polícias militares. Isso possibilitou hipotetizar aparente neutralidade, ou seja, convivência com ações corretas e erráticas em igual medida, ou mesmo ausência de testemunho de excessos ou abusos policiais, o que pode ter sido determinante na formação dos esquemas cognitivos, conforme defende Carlston (2010), anteriormente mencionado.

A pesquisa buscou, também, identificar os aspectos positivos, negativos e as expectativas do público em relação ao trabalho policial. Como pontos positivos foi destacada a segurança, expressa em ações protetivas, na proximidade do policial com a sociedade, na sua prontidão e preservação da vida, entre outros. Já os principais pontos negativos apresentados foram a falta ou a demora do atendimento ao cidadão, os casos de abuso de autoridade, a corrupção, o despreparo e o excesso de agressividade, em especial em abordagens. O que os participantes esperam da polícia militar é que ela proporcione mais segurança à população, rapidez e qualidade nos serviços prestados.

A análise das expectativas em relação às polícias militares demonstrou um bom esclarecimento dos participantes em relação à missão destas corporações. A maioria das pessoas demandam ações que, realmente, são de responsabilidade destas instituições, conforme previsto na legislação apresentada e na literatura (Coelho, 2014; dos Santos, 1997; ONU, 1979; Rodrigues *et al.*, 2014). Especialmente, são tratadas demandas relacionadas à proximidade e à proteção, funções ligadas ao exercício do policiamento ostensivo. Vale pontuar que, de maneira minoritária, algumas respostas tratavam da investigação dos crimes e da manutenção de criminosos presos por mais tempo, funções que não cabem aos policiais militares.

Os dados até aqui apresentados foram extraídos das respostas às primeiras questões do instrumento de pesquisa, baseadas na vivência dos participantes e sem nenhum tipo de estímulo. Em seguida, foi apresentado a cada grupo de coleta um dos vídeos descritos na metodologia da pesquisa. As opiniões dos respondentes após assistirem o vídeo possibilitaram a análise da mudança ou não de opinião com base no tipo de material exposto.

Para a realização destas comparações, foram analisadas duas variáveis nominais a saber: (1) tipo de vídeo, podendo assumir o valor positivo ou negativo e (2) variação da opinião sobre a polícia militar após o vídeo, podendo tal opinião ter piorado, permanecido estável ou melhorado. O teste estatístico do  $\chi^2$  (qui-quadrado de independência) indicou haver associação entre as duas variáveis em questão, com um grau de confiança de 99,5% ou maior para todos os tipos de vídeo apresentados, a saber: (1) casos de combate ao crime ( $\chi^2(2) = 15,5221, p < 0,005$ ); (2) casos de mediação de conflito ( $\chi^2(2) = 18,5078, p > 0,005$ ); (3) atuação em manifestações ( $\chi^2(2) = 17,2442, p > 0,005$ ).

Esses resultados significam que, após serem expostas a um vídeo que retratava uma ação negativa das polícias militares, as pessoas tendiam a piorar a sua avaliação destas instituições, ao passo que quando assistiram uma ação positiva, a tendência foi de melhora em sua opinião. Isso corrobora os pontos levantados pela literatura anteriormente apresentada, em que os autores defendiam o poder que a mídia tem de influenciar a formação da opinião sobre



instituições e o julgamento de suas ações (Ciarelli & Avila, 2009; Gajanigo & de Souza, 2014; Porto, 2009; Rondelli, 1998).

A Tabela 1 apresenta os resultados das comparações. É possível perceber a nítida tendência de melhoria da opinião após os vídeos positivos, bem como a tendência contrária após os negativos, não tão notável, mas igualmente significativa. É nítida a variação de percepção no caso de vídeo positivo de combate ao crime, com melhora de 59,5%, bem como no caso de vídeo negativo, onde as opiniões pioraram em 42,4% dos casos. Importantes variações na opinião são evidenciadas também nas exposições a casos positivos de mediação de conflito e atuação em manifestações, com melhoria em 53,6% e 66,7% dos casos, respectivamente. Esses dados evidenciam o poder de influência da exposição midiática da atuação das polícias militares, sobre a opinião dos espectadores.

**Tabela 1**

*Variação da opinião sobre as polícias militares após apresentação do vídeo.*

Tipo de atuação	Categoria do vídeo	Variação	%
Todos os tipos	Positivo	Pior	4,7
		Estável	36,0
		Melhor	59,3
	Negativo	Pior	38,1
		Estável	46,4
		Melhor	15,5
Combate ao crime	Positivo	Pior	5,4
		Estável	35,1
		Melhor	59,5
	Negativo	Pior	42,4
		Estável	33,3
		Melhor	24,2
Mediação de conflito	Positivo	Pior	3,6
		Estável	42,9
		Melhor	53,6
	Negativo	Pior	30,8
		Estável	65,4
		Melhor	3,8
Manifestação	Positivo	Pior	4,8
		Estável	28,6



	Melhor	66,7
	Pior	39,5
Negativo	Estável	44,7
	Melhor	15,8

Uma outra comparação entre variáveis categóricas foi feita. Neste caso, foi investigada a associação entre duas variáveis, a saber: (1) tipo de opinião geral sobre as polícias militares, que poderia ser positiva, negativa ou neutra e (2) o fato de o respondente já ter utilizado ou necessitado dos serviços da polícia militar. O intuito era avaliar em que medida a opinião das pessoas era afetada pelo contato direto ou a necessidade de atendimento por parte da polícia, ou se era mais determinante para a formação desta opinião, a visualização de uma atuação policial por meio de vídeo.

Nesta nova análise, o resultado do teste estatístico  $\chi^2$  (qui-quadrado de independência) apontou não haver associações significativas entre estas duas variáveis, ou seja, a opinião das pessoas sobre as polícias brasileiras varia, independentemente de terem vivenciado uma experiência de necessidade ou proximidade com o trabalho destas corporações ( $\chi^2(2) = 2,4983, p > 0,05$ ).

Análise semelhante foi feita com base na opinião específica sobre a polícia militar da região de residência dos participantes. O resultado foi parecido, ou seja, a não existência de associação significativa entre tal opinião e o contato direto com a polícia ( $\chi^2(2) = 0,8240, p > 0,05$ ). Tais dados permitem inferir que as pessoas tendem a ser mais influenciadas pelo que veem na mídia do que pelas interações que têm com as polícias militares. A Tabela 2 apresenta a distribuição das opiniões acima mencionadas, conforme o contato anterior ou não com tais comparações.

**Tabela 2**

*Opinião sobre as Polícias Militares versus Utilização/Necessidade do serviço.*

Polícia Militar	Tipo de participante	Opinião	%
Brasil	Utilizou/Necessitou dos serviços da PM	Positiva	36,2
		Neutra	22,8
		Negativa	40,9
	Não Utilizou/Necessitou dos serviços da PM	Positiva	40,8
		Neutra	30,6
		Negativa	28,6



Local de residência	Utilizou/Necessitou dos serviços da PM	Positiva	45,7
		Neutra	46,5
		Negativa	7,5
	Não Utilizou/Necessitou dos serviços da PM	Positiva	42,9
		Neutra	44,9
		Negativa	12,2

Ainda que o teste de correlação estatística não tenha apontado relação entre as variáveis em estudo, a distribuição das respostas permite interpretar o resultado. Observou-se maior incidência de opiniões negativas quando da avaliação das polícias militares brasileiras em geral, do que quando se trata da corporação que atende o local de residência do respondente. A forte predominância de avaliações positivas e neutras sobre a polícia militar local permite inferir que a má avaliação seja fruto do contato com notícias sobre a atuação destas corporações em outras localidades, mais do que da interação pessoal com elas.

A questão 4 perguntava que tipo de serviço as pessoas esperam das polícias militares. Isso, além de lançar um olhar sobre a percepção das corporações por um outro prisma, permitiu traçar um diagnóstico sobre as expectativas em relação a estas instituições. Esta avaliação foi feita e as respostas foram categorizadas como: satisfação, neutralidade e espera por melhorias. Após apresentados os vídeos, novamente os participantes foram arguidos sobre o serviço prestado. Desta vez eram perguntados, na questão 6, se mudariam alguma coisa na atuação apresentada no vídeo.

Fazendo um emparelhamento das duas questões acima, foi possível avaliar a variação destas opiniões, de forma a identificar se, após assistir um vídeo negativo ou positivo, as pessoas estavam mais tendentes a esperar mais ou a estar mais satisfeitas com o serviço prestado. Novamente foi utilizado o teste estatístico  $\chi^2$  (qui-quadrado de independência), para investigar se a variação da avaliação dos serviços prestados, para melhor ou pior, guardava relação com o tipo de vídeo apresentado. Encontrou-se correlação significativa entre o tipo de vídeo assistido e a variação para melhor ou pior das expectativas.

O intervalo de confiança para tal constatação foi de, pelo menos, 99% para quase todos os tipos de caso, exceto nas situações de mediação de conflito, onde encontrou-se significância até o intervalo de confiança de 95% a saber: (1) casos de combate ao crime ( $\chi^2(2) = 21,5621, p < 0,005$ ); (2) casos de mediação de conflito ( $\chi^2(2) = 7,5819, p > 0,05$ ); (3) atuação em manifestações ( $\chi^2(2) = 12,7404, p > 0,005$ ).



Identificou-se inicialmente, grande expectativa nos respondentes por melhorias nas corporações. Apenas 2,2% deles reportaram estar satisfeitos com os serviços prestados pelas polícias militares. Após assistirem a vídeos positivos esse percentual subiu para 64%. De maneira semelhante, na opinião inicial dos respondentes, os serviços das polícias militares necessitavam de melhorias para 50,8% deles. Após assistirem a uma atuação negativa esse percentual subiu para 74,2%.

Um ponto a destacar é que, mesmo após visualizarem alguma ação excessiva ou negativa da polícia, ainda assim, 16,5% dos respondentes relataram estar satisfeitos com a ação empreendida pelas polícias. Tal número contrasta com os 2,2% de satisfação em relação às polícias de modo geral antes dos vídeos. Isso corroborou a tese previamente mencionada, de que, em determinadas situações, as pessoas chegam a cultuar o uso da força física como forma de solução de seus conflitos (Machado & Noronha, 2002), podendo até apoiar excessos da polícia contra criminosos (Chevigny & Chevigny, 1995). A Tabela 3 apresenta o detalhamento destes dados.

**Tabela 3**

*Expectativa em relação às polícias militares e sua variação por tipo de vídeo assistido.*

Momento	Expectativa	%
Expectativa inicial	Satisfação	2,2
	Neutralidade	45,4
	Espera por melhorias	50,8
Expectativa após vídeo positivo	Satisfação	64,0
	Neutralidade	5,8
	Espera por melhorias	26,7
Expectativa após vídeo negativo	Satisfação	16,5
	Neutralidade	7,2
	Espera por melhorias	74,2

### Considerações Finais

O presente estudo surgiu da necessidade de se responder à seguinte questão norteadora: qual é e como se forma a percepção dos cidadãos sobre a atuação das instituições policiais militares? A hipótese que se levantou foi a de que as pessoas possuem uma visão das polícias militares relacionada a casos de abusos, truculência e violência, nem sempre construída por episódios negativos vivenciados diretamente pelos cidadãos, mas agravada pela divulgação de



ações erráticas, ou mesmo polêmicas, como, por exemplo, nos casos de manifestações em que seja necessário o uso da força.

O presente estudo foi conduzido a partir de um conjunto de objetivos, os quais serão retomados e respondidos a seguir. Inicialmente buscou-se relatar o surgimento, a missão e atuação das polícias militares. Considera-se atingido o objetivo, pela constatação na literatura de que as polícias surgiram da incapacidade dos grupos particulares de fazer frente ao avanço da hostilidade e do crime. Seu objetivo é disciplinar o convívio social. Percebe-se que constitucionalmente, as polícias surgiram ligadas às estruturas estatais de defesa e sua atribuição legal evoluiu até chegar à garantia da ordem e execução do policiamento ostensivo.

O construto percepção social foi descrito com base na literatura como sendo a captação sensorial dos estímulos ambientais e sua associação às vivências do indivíduo. Sua relação com a atuação das polícias militares foi apontada de maneira divergente entre o estudo da literatura e os dados levantados pela pesquisa. Enquanto naquele há predominância de relatos de representações negativas, nestes observou-se equilíbrio entre opiniões negativas, positivas e neutras.

A investigação da formação de expectativas e opiniões sobre o trabalho das polícias militares identificou a demanda por melhorias, as quais seriam alcançadas, segundo os participantes, com mais treinamento e maiores investimentos nas corporações. Constatou-se ainda que, possivelmente, em situações de exclusão social, a população pode legitimar atos violentos ou autoritários das polícias. Cabe destacar que foi identificado um bom conhecimento dos participantes sobre a função das polícias militares.

A avaliação dos fatores preponderantes para a formação de opinião indicou que o papel da mídia parece ser mais relevante do que as experiências pessoais dos participantes. Tal constatação é reforçada pelo fato de a opinião sobre as polícias em geral ser pior do que aquela relativa às corporações da região de residência dos participantes, ou seja, as notícias parecem ser mais influentes que a convivência.

As impressões do grupo estudado apresentaram equilíbrio entre fatores positivos, como a ação protetiva e a proximidade com a população, e negativos como a demora no atendimento, agressividade e casos de abuso de autoridade e corrupção. A pesquisa constatou que a exposição a casos positivos tinha como efeito a melhoria da opinião, assim como a casos negativos a piora desta.

Por fim, pelo alcance de todos os objetivos específicos inicialmente delineados, considera-se atingido o objetivo geral de identificar a percepção dos cidadãos sobre a atuação das instituições policiais militares, com base na opinião dos alunos de uma instituição privada



de ensino superior. A pesquisa identificou uma percepção equilibrada em relação ao objeto de estudo. No entanto, mesmo que não tenham sido evidenciadas críticas tão severas como em outros estudos, é premente a constatação de que há necessidade de se melhorar os serviços prestados pelas polícias militares.

Como agenda de pesquisa, sugere-se a repetição do presente estudo para um grupo mais abrangente de participantes. Isso devido à limitação relativa à variedade do público estudado. Assim seria possível identificar a existência de correlações entre diferentes perfis sociodemográficos e a percepção em relação às polícias militares. Pode-se ainda realizar um aprofundamento, de maneira que se descubra em que termos a divulgação de ações positivas ou negativas das polícias militares seja determinante para a formação de atitudes positivas ou negativas em relação a elas.

### Referências

- Bayley, D. H. (2001). *Padrões de policiamento*. Edusp.
- Bazerman, M. H. (2007). *Processo decisório para cursos de administração, economia e MBAs*. Elsevier.
- Bittner, E. (2003). *Aspectos do Trabalho Policial*. Edusp.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>
- Cano, I. (2006). Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, 3(5), 136-155. <https://doi.org/10.1590/S1806-64452006000200007>
- Cardia, N. (1997). O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. *Tempo Social*, 9(1), 249-265. <https://doi.org/10.1590/S0103-20701997000100014>
- Carlston, D. (2010). Social cognition. In R. F. Baumeister, & E. J. Finkel (Ed.), *Advanced social psychology: The state of the science* (pp. 63-100). Oxford University Press.
- Casagrande, C. H., & Dresch, G. R. (2022). Uma análise do conhecimento acerca das atribuições da Polícia Militar. *Brazilian Journal of Development*, 8(7), 50907-50315. <https://doi.org/10.34117/bjdv8n7-147>
- Chevigny, P., & Chevigny, P. (1995). *Edge of the knife: Police violence in the Americas*. New Press.



- Ciarelli, G., & Avila, M. (2009). A influência da mídia e da heurística da disponibilidade na percepção da realidade: um estudo experimental. *Revista de Administração Pública*, 43(3), 541-562. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000300002>
- Cidade Alerta Record. (2018, 19 de março). PM persegue e prende suspeitos de matar idoso em São Paulo [Vídeo]. YouTube. [https://www.youtube.com/watch?v=\\_hMXfohgV1w](https://www.youtube.com/watch?v=_hMXfohgV1w)
- Coelho, E. F. (2014). *"Uma farda sem um homem é só um pedaço de pano": estudo de caso sobre autoeficácia e qualidade de vida no trabalho na Polícia Militar do Distrito Federal* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. (1934). Brasília, DF. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)
- Constituição da República Federativa do Brasil*. (1967). Brasília, DF. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)
- Constituição da República Federativa do Brasil*. (1988). Brasília, DF. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao88.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao88.htm)
- Constituição Política do Império do Brasil*. (1924). Brasília, DF. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm).
- Cruz, R. P. (2022). Policiamento de proximidade: nova perspectiva para a formação policial militar a partir da política de educação em segurança pública. *Brazilian Journal of Development*, 8(4), 27296-27314. <https://doi.org/10.34117/bjdv8n4-301>
- Diário de Itu. (2015, 12 de novembro). Homem tenta atacar policiais com um facão e leva dois tiros em Itu [Vídeo]. YouTube. [https://www.youtube.com/watch?v=2CXqta\\_zX20](https://www.youtube.com/watch?v=2CXqta_zX20)
- Dos Santos, J. V. T. (1997). A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. *Tempo Social*, 9(1), 155-167. <https://doi.org/10.1590/S0103-20701997000100008>
- Fabrigar, L. R., & Wegener, D. T. (2010). Attitude Structure. In R. F. Baumeister, & E. J. Finkel (Ed.), *Advanced social psychology: The state of the science* (pp. 177-215). Oxford University Press.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir*. Vozes.



- Gajanigo, P. R., & De Souza, R. F. (2014). Manifestações Sociais e Novas Mídias: a construção de uma cultura contra-hegemônica. *Caderno CRH*, 27(72), 577-592. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300009>
- Governo do Amapá. (2015, 16 de março). Polícia Militar garante manifestação pacífica em Macapá [Vídeo]. YouTube. [https://www.youtube.com/watch?v=D57UXCc\\_g2s](https://www.youtube.com/watch?v=D57UXCc_g2s)
- Guimarães, J. G., Torres, A. R. R., & Faria, M. R. G. V. Democracia e violência policial: o caso da polícia militar. *Psicologia em estudo*, 10(2), 263-271. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722005000200013>
- Honório, C. A., & Garcia da Silva, S. (2018). Direitos humanos e polícia militar: Percepções e significados para os policiais militares do 17º bpm na cidade de Águas Lindas - Goiás. *Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública*, 11(1), 1-9. <https://doi.org/10.29377/rebsp.v11i1.322>
- Houais, A. (2020). *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Recuperado de <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=expectativa>
- Jornal da Record. (2013, 27 de fevereiro). Polícia atira em carro que seguia para hospital e mata vítima que precisava de socorro [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=L6Y1qrFF7kI>
- Machado, E. P., & Noronha, C. V. (2002). A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. *Sociologias*, 4(7), 188-221. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222002000100009>
- Moore, D. S. (2011). *A Estatística Básica e sua Prática*. LTC.
- Njaine, K., de Souza, E. R., Minayo, M. C. S., & Assis, S. G. (1997). A produção da (des)informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória. *Caderno de Saúde Pública*, 13(3), 405-414. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1997000300016>
- Noticias Novidades. (2013, 28 de junho). Polícia é chamada devido a som alto [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=9EpYSotLsUo>
- Oliveira, D., & Tosta, T. L. D. (2001). Abuso de autoridade: fronteiras entre a segurança e a agressão. In D. D. Oliveira, S. A. Santos, & V. G. B. Silva (Orgs.), *Violência policial: tolerância zero* (pp. 53-67). UFG.



- Organização das Nações Unidas (1979). *Código de Conduta da ONU para Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei*. Recuperado em 10 novembro, 2018, de <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm>
- Pieron, H. (1996). *Dicionário de Psicologia* (10a ed., D. B. Culligan, Trad.). Globo.
- Porto, M. S. G. (2009). Mídia, segurança pública e representações sociais. *Tempo Social*, 21(2), 212. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702009000200010>
- Rede TVT. (2015, 29 de outubro). Truculência da PM no DF: Professores são arrancados de carros [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=4bE6fT7-GVM>
- Robbins, S. P. (2005). *Comportamento organizacional* (11a ed.). Pearson.
- Rondon Filho, E. B. (2018). A polícia militar sob a lupa da investigação científica. In F. V. Nummer & F. G. de França (Orgs.), *Olhares sobre a Polícia Militar: questões metodológicas* (pp. 15-49). GAPTA/UFPA.
- Rodrigues, L. G., Nascimento, T. G., & Neiva, E. R. (2014). Valores Organizacionais e Atitudes Frente à Mudança: o Caso da Polícia Militar do Distrito Federal. *Psicologia Ciência e Profissão*, 34(3), 574-591. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000502013>
- Rondelli, E. (1998). Imagens da violência: práticas discursivas. *Tempo Social*, 10(2), 145-157. <https://doi.org/10.1590/ts.v10i2.86785>
- Tversky, A., & Kahneman, D. (1982). Judgment under uncertainty: heuristics and biases. In D. Kahneman, P. Slovic, & A. Tversky, *Judgment under uncertainty: heuristics and biases*. Cambridge University Press.

**Submissão:** 10/02/2024

**1a. Revisão:** 28/03/2024

**Aceite:** 20/04/2024